



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA ÚNICA DA COMARCA DE JACUI

Ref: Inquérito Civil n.º MPMG-0348.16.000097-5

JACUI, 30 de maio de 2017.

Ilustríssimo(a) Senhor(a),

Comunico-lhe que o Inquérito Civil n.º MPMG-0348.16.000097-5, no qual Vossa Senhoria figura como representado, foi arquivado por esta Promotoria de Justiça, conforme cópia do(a) promoção de arquivamento anexo(a).

Na oportunidade, certifico-lhe que, conforme § 3º do artigo 13 da Resolução PGJ CGMP N° 03/2009, Vossa Senhoria poderá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, razões escritas ou documentos, que serão juntados até a data da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, na qual será apreciado(a) o(a) promoção de arquivamento.

Atenciosamente,

MANUELLA DE OLIVEIRA NUNES MARANHÃO AYRES FERREIRA
PROMOTORA DE JUSTIÇA

Ilustríssimo(a) Senhor(a)
TRATORENZA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
RUA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 2018
BAIRRO CARLOS PRATES
BELO HORIZONTE – MG
CEP 31.710-020



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACUÍ

Inquérito Civil nº MPMG-0348.16.000097-5
PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Vistos etc.,

Trata-se de Inquérito Civil instaurado a partir de manifestação anônima apresentada virtualmente no sítio da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Minas Gerais asseverando que o Município de Jacuí estaria previamente ajustado com o Sr. *Ronaldo Cordeiro Soares* para fraudar os procedimentos licitatórios abertos pelo Município.

Aduziu o manifestante que o Sr. *Ronaldo* seria sócio oculto nas empresas *Retengrol Comércio de Peças e Serviços Eireli – EPP*, *Tratorengo Comércio e Serviços Ltda – EPP* e *Sitamar Auto Peças Ltda – EPP* e, desta feita, se utilizaria de terceiras pessoas (“laranjas”) para fraudar licitações, participando destas com as 03 (três) empresas supramencionadas.

Aberto o expediente, foi enviado ofício para o Município de Jacuí requisitando os dados cadastrais de TODAS as empresas que participaram de alguma licitação aberta pelo Município de Jacuí nos últimos 05 (cinco) anos (fl. 06).

Em sede de resposta, o Município apresentou **08 (oito) volumes, mais de mil páginas, relacionando todas as empresas que já participaram de licitações promovidas pelo Município nos últimos cinco anos** (documentos em apenso, consoante despacho de fl. 11).

Certidão da DD. Oficiala de Promotoria de Justiça informando que as empresas mencionadas na manifestação anônima não constam de nenhuma das licitações abertas pelo Município nos últimos cinco anos (fl. 12).

É o relatório do necessário.

Em uma primeira plana, pondero que o ponto central da manifestação que deu origem a este expediente é a suposta participação das empresas *Retengrol Comércio de Peças e Serviços Eireli – EPP*, *Tratorengo Comércio e Serviços Ltda – EPP* e *Sitamar Auto Peças Ltda – EPP* nas licitações promovidas pelo Município de Jacuí.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACUÍ

Pois bem, requisitada a relação das empresas que participaram de licitações abertas pelo Município de Jacuí nos últimos cinco anos, NÃO FOI LOCALIZADA NENHUMA DAS EMPRESAS MENCIONADAS PELO DENUNCIANTE.

Neste cenário, tenho que a insurgência do manifestante padece de supedâneo fático apto a autorizar a continuidade das investigações, vez que **as empresas por ele mencionadas nunca contrataram e/ou participaram de licitações promovidas pelo Município de Jacuí.** Por conseguinte, o ajuste supostamente existente entre o sócio oculto das referidas empresas e o Município de Jacuí padece de viabilidade fática, pois as empresas nunca participaram de qualquer licitação instaurada pelo Município.

Pois bem, a Constituição Federal, no seu art. 127, *caput*, determina como função do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos individuais indisponíveis.

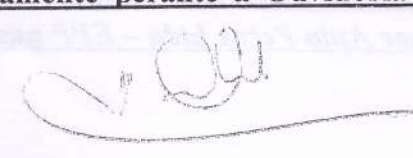
Exemplificando as funções do órgão ministerial, o art. 129 da CF determina que cabe ao Ministério Público:

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; (negrito nosso)

Da mesma forma, a legislação infraconstitucional, ao abordar as funções do Ministério Público, destaca o dever de promover o Inquérito Civil Público e a Ação Civil Pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o meio ambiente e o patrimônio público e cultural, conforme a Lei Orgânica do Ministério Público da União (Lei Complementar nº 75, de 20.5.93, artigo 6º, inciso VII, alínea "b").

In casu, **a manifestação anônima, embora plausível, não se mostrou verídica quando investigada. E, mais, como foi realizada de forma anônima, torna impossível o contato com o denunciante e, por conseguinte, a sua intimação para apresentar informações complementares, documentos, enfim, provas que eventualmente se mostrem aptas a conferir concretude e credibilidade mínima à narrativa fática apresentada anonimamente perante a Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.**





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACUÍ

Em casos deste jaez, Marino Pazzaglini Filho, Márcio Fernando Elias Rosa e Waldo Fazzio Júnior, citados por Rogério Pacheco Alves e Emerson Garcia em sua obra "Improbidade Administrativa"¹, ensinam que a hipótese é de arquivamento dos autos, por ausência de elementos mínimos para a propositura da ação competente:

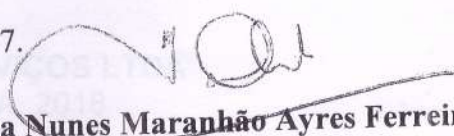
Como a função jurisdicional não se deve prestar a lides inócuas e como o simples fato do processo é suscetível de germinar danos irreparáveis a pessoas e entes jurídicos, em nome de um pretenso interesse público, falar-se em obrigatoriedade irrestrita, além de se constituir em abstração refratária à realidade, só serve para um universo normativo cada vez mais utópico, único domínio entre ser e não-ser poder coexistir."

Diante do exposto, por não vislumbrar viabilidade jurídica ou justa causa fática para dar andamento ao feito, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, sem prejuízo de reexame futuro, no caso de surgimento de fatos novos que venham a ensejar a intervenção protetiva/repressiva do Ministério Público.

Notifique-se o Município de Jacuí, através do Exmo. Prefeito Municipal, e os demais representados, dando-lhes ciência do presente arquivamento. Faça-se expressa menção de que *até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público em que se apreciará a promoção do arquivamento – a ser realizada, no mínimo, após quinze dias da data de protocolo desta – poderão as pessoas colegitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito ou do procedimento preparatório* (art. 13, §3º, da Resolução Conjunta PGJ CGMP nº 03/2009).

Juntado o comprovante de entrega da notificação, encaminhar os autos ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 9º da Lei 7.347/85 e do artigo 13, §1º da Resolução Conjunta PGJ CGMP 03/2009.

Jacuí, 15 de maio de 2017.


Manuella de Oliveira Nunes Maranhão Ayres Ferreira
Promotora de Justiça

¹ ALVES, Rogério Pacheco; GARCIA, Emerson, **Improbidade Administrativa**, 4. ed. Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2008.